

## Discurso de saudação ao Professor Emérito Orlando Magalhães Carvalho\*

1. Recuando no tempo a nossa reconstituição do meio e das pessoas, vemos ingressar pela porta que dá acesso à sala de aula do 1º ano do Curso de Bacharelado desta Faculdade, no andar térreo do antigo prédio da Praça Afonso Arinos, o Professor de Teoria Geral do Estado, ainda moço, com pouco mais de trinta anos. Em passos rápidos, dirige-se à Cátedra, que se colocava à frente do quadro negro, disposta em posição mais elevada, o que proporcionava ao seu ocupante a localização eminente dentro da sala de aula. Certamente, o Professor de Teoria Geral do Estado terá dirigido seu olhar aos alunos ali reunidos naquele final de tarde do mês de março do distante ano de 1942, como sempre fazem os Professores nos contatos com seus alunos. Mas, o de que se lembram com segurança os alunos que freqüentavam o velho prédio da *Casa de Afonso Pena* são dos gestos iniciais que se reproduziam seguidamente, dia após dia, ano após ano, como no ritual do oficiante de um culto: a colocação do relógio e de sua corrente na prancheta da Cátedra, a cuidadosa disposição das fichas ou de textos para breves consultas, a chamada nominal, a voz de timbre enérgico e o início da exposição do dia, que se encerrava, pontualmente, quando o relógio atingia o último minuto dos cinquenta minutos de duração de cada aula. O sino do *Samuel* batia lá fora no pátio interno no

---

\* Discurso proferido pelo professor Raul Machado Horta, na sessão solene da Congregação da Faculdade de Direito da UFMG, em 19 de maio de 1982, quando se conferiu o título de Professor Emérito ao professor Orlando Magalhães Carvalho.

mesmo instante em que o Professor dava a aula por encerrada, recolhendo o relógio, as fichas e o caderno da chamada. O Professor se levantava, descia o pequeno degrau do móvel da Cátedra, atendia cortesmente aos alunos que dele se acercavam e saía tranqüilamente, como havia entrado, empunhando a inseparável pasta que então carregava. O Professor de Teoria Geral do Estado trazia “a lição na ponta da língua”. Nunca nele pressentimos uma vacilação, uma dúvida, uma queda na exposição sistematizada, coerente e completa. As aulas abriam às inteligências inquietas dos moços os domínios amplos da Teoria Geral do Estado, dentro da visão jurídica e sociológica que indicava a inspiração do Programa na metodologia de *G. Jellinek*. Os grandes mestres do Direito Público eram colocados ao alcance da compreensão geral, iniciando o processo de familiarização dos alunos com as doutrinas que estruturam o conhecimento científico da Teoria Geral do Estado, a *Allgemeine Staatslehre*, como ele gostava de sublinhar. Foi nas aulas do Professor Orlando Magalhães Carvalho, no 1º ano do Curso Jurídico, que os calouros desta Faculdade ouviram inicialmente os nomes e as teorias de *Gerber, Laband, Jellinek, Kelsen, Nawiaski, Bluntschli, Glumplowicz, Heller, Oppenheimer, V. E. Orlando, Santi Romano, Mouskhely, Le Fur, La Bigne de Villeneuve, Carré de Malberg, Hauriou, Duquit, Willoughby, Bryce, Laski, Vishinsky, Ostrogorki, Adolfo Posada*, e tantos outros nomes, nacionais e estrangeiros, que tornaria caudalosa a referência. As aulas estimularam vocações e plasmaram inteligências.

A visão distante no tempo não se desvaneceu e o longo caminho percorrido ampliou a grandeza do Professor, sempre cercado pela estima das gerações que gozaram do privilégio de ter como Mestre esse grande semeador de saber, propagador de cultura e incentivador de vocações, que é o Professor *Orlando Magalhães Carvalho*.

2. O desdobramento da disciplina de Direito Público Constitucional em Teoria Geral do Estado, na Primeira Série, e Direito Constitucional, na Segunda Série, por força do Decreto-lei nº 2.639, de 27 de setembro de 1940, permitiu a

convocação do Docente Livre Orlando Magalhães Carvalho, para reger a primeira disciplina, segundo as regras impositivas da Congregação desta Faculdade. Conquistara esse galardão do ensino universitário em concurso público de títulos e de provas, realizado em 1938, quando apresentou a tese "*O Município Mineiro em face das Constituições*", redigida no vigor dos vinte e oito anos. O texto revelava no seu jovem autor aprofundado conhecimento da organização municipal brasileira e visão crítica da concepção constitucional dominante, então sob o fascínio do famoso princípio do "peculiar interesse", que vinha da Constituição Republicana de 1891. Nesse trabalho de mocidade, o Professor Orlando assinalava que a inclusão do Município na Constituição Federal, mesmo através da breve referência do artigo 68 da Constituição Federal de 1891, correspondia à presença de "um princípio de alteração da técnica construtiva do Estado Federado" e interpretava essa intromissão como sendo uma concessão à corrente municipalista, que vinha concentrando na liberdade do município a polêmica do federalismo" ("*O Município Mineiro em Face das Constituições*" — Edição dos Amigos do Livro — Belo Horizonte — 1937 — pág. 126). A tese suscitava temas que ainda guardam atualidade, como o da organização local mais diversificada no âmbito da competência estadual, para que ela possa atender às populações distantes da sede municipal, e, por isso, não bafejadas pela aplicação das rendas locais (Obra citada, pág. 132). Concentrando o tema da tese no exame da organização do Município mineiro, não deixou sem reparos os exageros do localismo da lei estadual nº 2, de 1891, fruto, dizia Orlando, da "imprudência do liberalismo" (obra citada, pág. 145). O Município convertera-se em preocupação constante desse pesquisador incansável, desde os "*Problemas Fundamentais do Município*", que veio a público, em 1937, integrando a prestigiosa "Brasileira". Comentando essa atração pelo Município, o Professor Orlando iria registrar, mais tarde, com seu característico bom humor, no discurso de recepção ao publicista e Ministro *Victor Nunes Leal*, na Academia Mineira de Letras: "O Município se associou tão intimamente à minha imagem, que um jornalzinho

do interior, rebatendo apreciações que fizera a propósito de temas da administração local, não hesitou em chamar-me *Orlando M...unicipal de Carvalho*". Foi esse profundo conhecimento do Município e de sua correta posição no quadro constitucional brasileiro que lhe permitiu opor autorizados embargos à idéia da instituição de uma Fundação dos Municípios, concebida na área do Governo Federal, para alimentar relações diretas entre a União e os Municípios. A argumentação que o Professor Orlando aduziu, com apoio nas experiências do federalismo suíço e norte-americano, em trabalho elaborado a pedido do Governador do Estado de Minas Gerais, em 1949, influiu decisivamente na desistência do Projeto, dando o Governo Federal da época inequívoca demonstração de respeito às linhas mestras do federalismo republicano ("*A Fundação dos Municípios*" — Revista da Faculdade de Direito — Outubro de 1950 — págs. 144/150).

3. Espírito aberto às idéias universais, Orlando Carvalho ampliou sua valiosa contribuição à Teoria do Estado e ao Direito Público nos estudos que dedicou a temas do Governo estrangeiro. São dessa natureza "*O Mecanismo do Governo Britânico*", de 1943, e "*URSS — Um Estado Socialista de Operários e Camponeses*", de 1947. "*O Mecanismo do Governo Britânico*" foi publicado no período da chamada 2ª Guerra, quando a nação inglesa se convertera no santuário do Governo democrático e na cidadela das liberdades humanas pela resistência oposta aos ataques apocalípticos do III Reich alemão, no apogeu de vitoriosas conquistas militares. É o nosso melhor texto sobre as instituições inglesas — a Constituição fragmentária, a Coroa, os Partidos, o Parlamento, o Gabinete, a organização judiciária, o Agregado Britânico das Nações, — instituições que o Professor Orlando descreve com a segurança do íntimo conhecedor dessas peças do complexo mecanismo do Governo britânico. A força do costume imemorial é evidenciada em trecho antológico dessa obra. A que recorda a peregrinação dos funcionários do Parlamento, percorrendo salas e corredores, perguntando compassadamente: "Quem vai para a casa"? "O apelo dos porteiros, lembra Orlando Carva-

lho, data do tempo em que a insegurança noturna das ruas exigia que os guardas da Torre de Londres escoltassem os membros no regresso ao lar. Cada escolta que chegava avisava a portaria e os empregados iam juntando os Deputados. Hoje, a luz elétrica, a polícia e os costumes garantem a tranqüila volta à residência, mas o apelo continua: "Quem vai para casa?" (Orlando M. Carvalho — "O Mecanismo do Governo Britânico" — Os Amigos do Livro — Belo Horizonte — 1943 — pág. 135). São desse período da guerra os artigos que o Professor Orlando escreveu para o "Correio da Manhã", focalizando temas de geopolítica. Retomava sob outra perspectiva as preocupações já manifestadas em seu livro — "O Rio da Unidade Nacional — O São Francisco", de 1937, para analisar nesses artigos as concepções de *Rudolf Kjellen* — o criador da expressão Geopolítica *Geopolitik*; de *Karl Haushofer* — o formulador do *lebensraum*, que serviu de fundamento à política expansionista do nazismo; de *MacKinder*, responsável pelo conceito geopolítico da Terra Central — *Heartland* — e o conseqüente domínio do mundo pela nação que detiver o domínio da Europa Oriental: "Quem domina a Europa Oriental, escreveu *MacKinder*, domina a Terra Central. Quem domina a Terra Central domina a Ilha Mundial. Quem domina a Ilha Mundial, domina o Mundo" (*Robert Strausz Hupé* — "Geopolítica" — Editorial Hermes — México — pág. 80). A *Geopolítica* era então cultivada em círculos mais restritos, assunto para poucos iniciados, e os artigos do Professor Orlando Carvalho convocavam a atenção dos estudiosos e dos homens de Governo, para os efeitos explosivos dessas concepções sobre espaço vital, população, território e poder. "As Relações Financeiras da União com as outras órbitas de Governo", tema que lhe coube desenvolver no Seminário "Perspectivas do Federalismo Brasileiro", contém completa análise comparativa das novas tendências do Estado Federal, especialmente no âmbito das relações intergovernamentais — União/Estados, — conforme essas relações vêm se processando na Suíça, no Canadá, nos Estados Unidos e no Brasil.

4. As exigências da legislação aplicável ao provimento dos cargos do magistério superior impuseram ao Professor Orlando, em 1952, a submissão às rigorosas provas de novo concurso público, para a definitiva investidura na Cátedra vaga de Teoria Geral do Estado, nesta Faculdade de Direito. Atendeu sem tardança a essas novas exigências, inscrevendo-se como candidato o Mestre já consagrado na disciplina que ele lecionava há mais de dez anos. Como se esperava, o final do prazo para a inscrição revelou que o Professor Orlando Carvalho era o único candidato inscrito, pois nenhum outro se dispusera a esse confronto. É dessa época a obra que encerra o amadurecimento de suas idéias e concepções a respeito da Teoria Geral do Estado. Deu-lhe o expressivo título — *“Caracterização da Teoria Geral do Estado”* — e nela versou com rigor lógico-formal os temas conceituais da Teoria Geral do Estado. O livro é o reflexo dos notáveis conhecimentos sedimentados na atualização do magistério. Não é sem razão que logo no tema inicial — “A questão da terminologia” — o Professor Orlando Carvalho, acentuando a dedicação integral à disciplina que ele abraçou, refere-se à consulta, “com mão diurna e noturna” aos numerosos tratadistas da matéria (Orlando M. Carvalho — *“Caracterização da Teoria Geral do Estado”* — Kriterion — 1951 — Belo Horizonte — pág. 91). Obra de finalidade epistemológica, está ela voltada para a conceituação da Teoria Geral do Estado e esse objetivo o Professor Orlando Carvalho vai alcançar com apoio quase exclusivo nos autores de língua alemã. A concepção central do Professor Orlando encontra-se fixada no seu entendimento de que “a Teoria Geral do Estado tem como objeto o conhecimento sistemático do Estado. É ela a ciência do Estado...” (Obra citada, pág. 33). Na exaustiva análise dos teóricos de língua alemã, notadamente LABAND, JELLINEK, KELSEN, HELLER, LAUN, NAWIASKY e HELFRITZ, torna-se claro o alinhamento do Professor Orlando Carvalho na concepção jellinekeana do Direito e do Estado. É dele próprio a afirmativa de que “o exame de várias posições em que se desdobram as pesquisas contemporâneas na caracterização da Teoria Geral do Estado revela a importância do sistema de

JELLINEK, em torno do qual se fez a cristalização das diversas correntes” (Obra citada, pág. 107). Orlando Carvalho espousa a repartição do conhecimento do Estado nos dois planos da caracterização do mestre de HEIDELBERG, como se lê nas suas palavras textuais: “A caracterização jellinekeana é a aceitação de uma dupla natureza do objeto de estudo, considerando-se o Estado como formação social real e como instituição jurídica; conseqüentemente, a Teoria Geral do Estado se divide em Teoria Geral Social e Teoria Jurídica do Estado” (“*Caracterização da Teoria Geral do Estado*”, pág. 107).

5. A concepção jellinekeana da Teoria do Estado do Professor Orlando Carvalho justifica e explica sua atração por estudos e pesquisas que ultrapassam o conhecimento exclusivamente jurídico da realidade do Estado e vão se localizar na vertente sociológica do conhecimento do Estado e das instituições políticas que atuam dentro dele para comandar e exercer o poder.

Refiro-me à contribuição pioneira que o Professor Orlando Carvalho vem oferecendo aos estudos e pesquisas de sociologia eleitoral, de modo geral, e de comportamento dos partidos políticos, em particular. O ingresso dos Partidos Políticos na Constituição Federal de 1946, a qualificação de sua personalidade jurídica de Direito Público e o reconhecimento do âmbito nacional de sua atuação, levaram esse jurista de formação jellinekeana a redimensionar os estudos brasileiros sobre partidos políticos, até então concentrados no ângulo jurídico-formal da legislação eleitoral, dominante entre nossos publicistas, para lançar os fundamentos da sociologia eleitoral brasileira, partindo do conhecimento real da organização, funcionamento e tendências do eleitorado aglutinado nos Partidos. Superava-se com os novos instrumentos de análise, que o Professor Orlando Carvalho colocou em aplicação, a concepção jurídico-formal das obras de legislação eleitoral e a concepção histórico-descritiva, existente nos textos que se limitam a descrever o processo evolutivo dos Partidos Políticos. Não se nega a utilidade dessas concepções para o

conhecimento do Partido Político. O que se assinala é o aparecimento de nova metodologia e nessa metodologia a participação criadora do Professor Orlando Carvalho.

Nos "*Ensaio de Sociologia Eleitoral*", reunindo trabalhos elaborados em diferentes épocas, pode-se avaliar a profundidade de seus estudos e a importância de sua contribuição para o conhecimento dos Partidos Políticos brasileiros. Esses estudos e os levantamentos periódicos dos resultados das eleições nacionais, sob a orientação de Orlando Carvalho, conduziram a implantação da Sociologia Eleitoral no país. A análise dos resultados eleitorais e de seus reflexos na posição dos Partidos Políticos permitiram a Orlando Carvalho formular conclusões que se converteram em regras da sociologia eleitoral brasileira, válidas para os períodos abrangidos por essas conclusões. Partindo da observação de "certas regularidades assinaláveis", o Professor Orlando concebeu a "lei de concentração de legendas nas eleições municipais". "A regra, diz Orlando, é dispersar-se a votação nas eleições federais e estaduais e concentrarem-se as legendas nas municipais". ("*Ensaio de Sociologia Eleitoral*" — Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos" — 19, pág. 60). Outra conclusão a que chegou, após a comparação dos resultados das eleições realizadas no período 1945/1958, proclamou o declínio dos partidos do centro — PSD, UDN e PR, — apontando como causas desse declínio do centrismo partidário o esgotamento de sua mensagem e o descompasso entre os Partidos do Centro e a evolução urbana e industrial do país ("*Os Partidos Nacionais e as eleições parlamentares de 1958*" — Revista Brasileira de Estudos Políticos — Volume 8 — Abril 1960 — págs. 17/18). Não obstante a conclusão alicerçada nos dados numéricos do decréscimo das votações daqueles Partidos, admitiu que os Partidos do Centro, a exemplo do que ocorrera no sistema bi-partidário norte-americano, poderiam renovar-se, desde que promovessem a adaptação de suas estruturas à realidade social da urbanização e da industrialização ("*Os Partidos Nacionais e as eleições parlamentares de 1958*", citado, pág. 19. "*Ensaio de Sociologia Eleitoral*", citado, págs. 99/101 e 105/107). Os estudos e as análises de

sociologia eleitoral de Orlando Carvalho não se limitam a registrar tendências. Apontam caminhos e propõem soluções, com as que endereçou aos Partidos centristas, para seu ajustamento às forças modernizadoras da sociedade brasileira. É igualmente desse teor a recomendação que dirigiu ao legislador constituinte no sentido de promover-se a incorporação do analfabeto ao corpo eleitoral, atribuindo-lhe o direito de voto. Ponderou que essa incorporação não se deve fazer pelo método latino de soluções racionais radicais — dar de um golpe o direito de voto aos analfabetos, em todas as eleições, mas, pelo “método anglo-saxão de concessões graduais”. E o Professor Orlando assim concebe o seu plano, inspirado na arte política: “façamos uma experiência, dando o direito de voto aos analfabetos, inicialmente nas eleições majoritárias e durante um período experimental de doze anos, isto é, de três eleições, começando nesse período por permitir somente o voto para a escolha de Prefeito e de Juiz de Paz, na qual, em regra, o eleitor vai votar no seu conhecido, membro da mesma comunidade” (“*Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958*” — Revista Brasileira de Estudos Políticos — volume 8 — abril 1960 — págs. 11/12).

6. O Professor de Teoria do Estado e o pioneiro da sociologia eleitoral no país alargou o campo de sua atuação e de sua influência, quando concebeu a criação de uma revista universitária, para difundir as idéias, as doutrinas e as pesquisas que têm no fenômeno do Estado e do Poder o centro de suas preocupações fundamentais. Por sua iniciativa, que contou com o alto apoio da Congregação desta Faculdade de Direito e da Universidade Federal de Minas Gerais, surgiu a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Na apresentação de seu número inaugural, em dezembro de 1956, definia-se o programa da Revista, dando-lhe a função de órgão especializado, para “recolher e difundir regularmente os resultados das observações e meditações dos nossos estudiosos sobre os graves temas políticos que, hoje mais do que nunca, preocupam os espíritos” (*Revista Brasileira de Estudos Políticos* — volume 1 — dezembro de 1956 — pág. 7). A Revista é uma

chama que brilha e não se apaga, pois tem a alimentá-la o sopro do idealismo de Orlando Carvalho, em todos os instantes de sua duração. Aí estão os cinquenta e quatro números de uma publicação ininterrupta, de alto nível, nos quais o leitor e o pesquisador encontram à sua disposição fontes inestimáveis de consulta nos artigos e ensaios de Ciência Política, Sociologia, Direito Público, Filosofia Política, Teoria do Estado, Relações Internacionais. Os Seminários, os Cursos de Atualização, a Coleção de Estudos Sociais e Políticos, atestam o esforço permanente de seu fundador e benemérito, a quem deve a Revista o seu prestígio, no país e no exterior.

7. Múltiplo e universal nas suas idéias, Orlando Carvalho é homogêneo na sua formação espiritual, que se alimenta na seiva da cultura humanista. É ele outro representante da mineiridade, outra expressão cultural do mineiro. Mineiro e mineiridade são temas caros a Orlando Carvalho. A complexa psicologia do mineiro, que Orlando recorda, citando com frequência nos seus últimos trabalhos a frase um tanto maligna de *José Bonifácio*, farpeando o temperamento da gente mineira, para, no fundo, preservar a ascendência do Patriarca da Independência junto a D. Pedro I. Psicologia mineira da hospitalidade, que Orlando enaltece, citando *Miranda de Barros Latif*. Mineiros desconfiados e monossilábicos, que Orlando reconstitui, lembrando a crônica de *Rubem Braga* a respeito de Emílio Moura, que descia de Minas até o Rio de Janeiro, como o Supremo Inca faria na descida da fortaleza de Machu Pichu até o Vale de Olantaimbo. “Mineiros, diz Orlando, que sustentam fantasmas em Ouro Preto, em Itabira ou até em Belo Horizonte”, mas que também “formularam uma conduta típica, baseada no equilíbrio e no compromisso”. Orlando é representativo dessas gerações de “mineiros que leram os clássicos e aprenderam a lição — que neles está — de que o princípio da democracia é a virtude humilde do povo”, como o próprio Orlando se expressou a respeito dos mineiros de eleição, no seu denso estudo dedicado ao pensamento político de *Milton Campos* (Revista Brasileira de Estu-

dos Políticos — volume 50 — janeiro de 1980 — págs. 7/18). Orlando Carvalho polariza na sua pessoa esses proclamados atributos da mineiridade. Não é o mineiro estereotipado no apego ao conservadorismo estático e na resistência à modernização. É o mineiro inovador, aberto às correntes do pensamento e sensível às idéias de renovação. O estilo inovador desse mineiro de Pouso Alegre inspirou o ato de mudança da sede administrativa da Reitoria, do centro de Belo Horizonte, para o local destinado a esse órgão da administração universitária na Pampulha. A princípio, o prédio da Reitoria erguia-se isolado no ermo da Pampulha, mas, aos poucos, pelos esforços iniciais do Reitor Orlando Carvalho, novas edificações a ele se agregaram na configuração do *campus* da Universidade. O Reitor Orlando Carvalho retomava com sua decisão de larga repercussão no destino da Universidade o acalentado projeto de *Mendes Pimentel* — nosso primeiro e inolvidável Reitor, — que se desfez na voragem dos acontecimentos que envolveram a Universidade em novembro de 1930. É o gosto da inovação que explica a presença nos discursos, nas intervenções e nas conferências de Orlando Carvalho na saborosa introdução de uma historieta relacionada com o ambiente e o assunto. Inovador é o escritor bem-humorado que entremeia os seus pronunciamentos com uma frase de espírito ou um dito gracioso, que suaviza o discurso e descontraí o auditório. Ainda recentemente, ao receber em solenidade como esta, o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Orlando de Carvalho recordava saudosamente, no seu discurso de agradecimento, que o livreiro Antônio Castilho, da Livraria Francisco Alves — que então abastecia os letrados de Belo Horizonte com as últimas novidades chegadas de Paris — ao saber que Orlando regressara da Cidade Luz, “trazendo debaixo do braço um certificado da Sorbonne, dissera alto e bom som que tais diplomas eram fornecidos no “Quartier Latin” junto com a conta do Hotel” (“*Uma Estrutura Permanente*” — Discurso de agradecimento — “*Estado de Minas*”, de 20-4-1982).

8. O jovem pousoalegrense, que aprovisionou conhecimentos “numa pobre biblioteca de Colégio do interior”, como ele próprio lembrou na página de evocação do Professor Orozimbo Nonato (“*Orozimbo, espírito universal*” — “*Estado de Minas*” — dezembro de 1974), ingressou nesta Faculdade, pelas portas do exame vestibular — “menos anônimo e menos massificado do que o de agora,” — para nesta Instituição integrar-se definitivamente e nela ascender às culminâncias do Magistério e no Magistério duradouro que exerceu tornar-se dos mais altos valores da galeria modelar dos Mestres da *Casa de Afonso Pena*. O magistério é a paixão cultural de sua vida, o centro de suas atividades, ao qual dedicou uma fidelidade indesviável que as seduções e os acenos de outras atividades não conseguiram abalar. As funções públicas que exerceu foram projeções do magistério e esse exercício temporário de outros cargos permitiu ao Professor impregná-los com os benefícios de sua experiência cultural: Chefe do Departamento de Assistência aos Municípios, Diretor do Departamento de Administração Geral do Estado, Secretário de Estado da Educação. Dedicou-se ao magistério como recompensa em si mesma, sem buscar vantagens de outra natureza. É o que lembra o escritor e professor *Aires da Mata Machado Filho*, no depoimento público sobre Orlando Carvalho:

“Fez parte do grupo de Professores que lecionaram durante dez anos, sem ganharem um tostão, até que a Faculdade de Filosofia se incorporasse à Universidade, se federalizasse e depois se subdividissem em Letras, Filosofia e Ciências Humanas, além de outras” (“*Orlando M. Carvalho na reta dos setenta anos*” — *Estado de Minas* — 13 de novembro de 1980). Como Professor, Orlando Carvalho atingiu o cargo mais alto da hierarquia universitária: Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal de Ouro Preto. O Professor mereceu a consagração acadêmica do escritor, ocupando na Academia Mineira de Letras a cadeira nº 35 — que tem como Patrono João Pinheiro da Silva — para enriquecer com sua contribuição os quadros culturais da prestigiosa Instituição.

**Professor Orlando Magalhães Carvalho:**

O título de Professor Emérito, que vos conferiu a Egrégia Congregação desta Faculdade de Direito, envolve o público reconhecimento da excepcional relevância dos serviços prestados pelo eminente Professor ao Magistério e à Pesquisa Universitária. É o coroamento dos esforços do magistério, ao longo de uma vida a ele dedicada, e, ao mesmo tempo, é o justo título que assegura a continuidade de atividades do magistério pelo Professor agraciado, como sabiamente prevê o Regimento Geral da Universidade.

O verdadeiro educador, já se disse, é o mensageiro dos valores eternos. As limitações da idade não devem interromper a atividade benemerita do mensageiro da cultura. O título de Professor Emérito nos dá a certeza de vossa permanência para continuar difundindo nesta Casa e na Universidade o ensino dos valores perenes do Saber, da Cultura e da Ciência do Direito.

*Raul Machado Horta*

19 de maio de 1982